

O PARANISMO E A INVENÇÃO DA IDENTIDADE PARANAENSE

Alessandro Batistella
Doutorando em História - UFRGS

RESUMO: No presente artigo pretendemos analisar o Paranismo, um movimento de construção identitária do Paraná que teve início após a emancipação política do estado, em 1853, e que se popularizou no final da década de 1920. Dessa forma, pretendemos elencar as características desse movimento, refletir sobre os elementos simbólicos por ele utilizados e analisar quais grupos étnicos são exaltados por esse movimento e, conseqüentemente, quais são excluídos.

PALAVRAS-CHAVE: Paranismo, identidade, regionalismo, memória, ideologia.

ABSTRACT: In the present paper we intend to make an analysis of the *Paranismo*, a movement for Paraná identity construction that has began after the state political emancipation, in 1853, and that has become popular by the end of the 1920's. This way, we plan to connect this movement characteristics, reflect about the symbolical elements used by it and analyze each ethnically groups are exalted by this movement and consequently each are excluded.

KEY-WORDS: *Paranismo*, identity, regionalism, memory, ideology.

Considerações Iniciais

No presente artigo, procuraremos analisar alguns aspectos da ideologia do Paranismo, termo que é uma neologia de autoria de Alfredo Romário Martins “para designar os que nutriam amor pelo Paraná e estavam dispostos, através do discurso, a louvá-lo e reconhecerem nele um lugar onde a população teria as perfeitas condições para se desenvolver como civilização” (IURKIV, 2002: 131).

Embora o termo tenha se popularizado a partir de 1927, através de um manifesto, o Paranismo foi um movimento de construção identitária do estado do Paraná que teve início após a sua emancipação perante São Paulo, em 1853. Portanto, o Paranismo é um movimento regionalista.

[...] O regionalismo estaria associado à emergência do Estado e a uma configuração territorial que este assumiu historicamente. [...] Por isso, o Estado e suas políticas são os elementos centrais para caracterizar o fenômeno, uma vez

que “regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificadas territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado” (MARKUSEN apud OLIVEN, 1992: 18).

Nesse sentido, as elites intelectuais e políticas do final do século XIX empenharam-se na “invenção de uma tradição paranaense”.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 1997: 9).

Mas como se deu esse processo de invenção da tradição paranaense? Quais eram as características desse movimento? Quais elementos simbólicos foram utilizados para a construção de uma identidade regional? Qual memória é perpetuada e qual é excluída pelo Paranismo? Para responder a essas questões, procuramos organizar o presente texto em dois momentos. A saber, primeiramente abordaremos o processo de invenção do Paranismo, além de identificarmos as principais características e elementos simbólicos utilizados por essa ideologia; posteriormente, trataremos do seu processo de consolidação no imaginário regional e dos problemas decorrentes a isso.

A invenção do Paranismo

O Paranismo foi o resultado de um longo processo de formulação de uma auto-imagem do estado do Paraná, em contraposição às outras regiões do Brasil. Nesse processo, iniciado após a emancipação paranaense de São Paulo, em 1853, desempenharam um papel fundamental intelectuais, literatos e artistas plásticos, que se tornaram os principais “arquitetos” de uma identidade local.

O principal expoente dos intelectuais do Paranismo foi o jornalista e historiador Alfredo Romário Martins¹, autor de *História do Paraná*, publicado em 1899² e considerada

¹ Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba em 8 de dezembro de 1876. Órfão de pai, começou a trabalhar aos 15 anos de idade como tipógrafo no jornal *Dezenove de Dezembro*. Em 1893, publicou *Vozes Íntimas*; em seguida, em 1894, *Noites e Alvoradas* – ambas obras poéticas. Em 1896, atuando como historiador autodidata, iniciou um trabalho de periodização da história literária paranaense a partir da emancipação política do estado. Na mesma época, inicia sua atuação na redação da Revista do Clube Curitibano, órgão das elites luso-brasileiras locais, o que o coloca em contato com os formuladores dos pontos de vista “culturais” das elites paranaenses. Como jornalista, colaborou em vários jornais e revistas, como *A República* e *Ilustração Paranaense*. Ademais Romário Martins elegeu-se deputado estadual por oito legislaturas, além de também ter exercido os cargos de diretor do Museu Paranaense e de secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Faleceu em 1948. In: CAMARGO, 2007: 14-15.

uma das obras fundadoras da historiografia paranaense. Segundo José Iurkiv (2002: 126) esta obra apresenta um texto extremamente narrativo, jornalístico e informativo, elencando uma série de informações detalhadas, abrangendo localidades e épocas de uma forma seqüencial.

A obra de Romário Martins legitimou-se, naquela época, como a história oficial do Paraná, sobretudo, pelo seu reconhecimento científico. Dessa forma, *História do Paraná* influenciaria decisivamente a elite intelectual paranaense da época no processo de construção identitária do estado.

Em *História do Paraná*, Alfredo Romário Martins foi evidentemente influenciado pelas ideias, em voga na época, “científicas” sobre o meio e a raça. Aliás, conforme observou Renato Ortiz (1994: 15-16), a interpretação da história e da realidade brasileira, no final do século XIX e início do século XX, estava intrinsecamente ligada a esses dois conceitos-chaves³.

No que tange à questão racial, Romário Martins e os intelectuais do Paranismo edificariam uma representação do paranaense como sendo a soma das heranças luso-brasileira com o índio romantizado da literatura, eleitos os seus “ancestrais fundadores”. Portanto, nessa “*miscigenação positiva do herói português com o índio romântico, o africano seria eloqüentemente esquecido*” (CAMARGO, 2007: 12).

Ora, em um país cuja nefasta herança escravocrata estava (ou está) profundamente enraizada na mentalidade da população não é de se estranhar a exclusão do africano pelo Paranismo. Soma-se a isso o acréscimo do cientificismo – eurocêntrico e racista – do século XIX, que considerava o negro como uma “raça inferior” e “degenerada”, cujos defeitos seriam transmitidos pela herança biológica.

Nesse sentido, convém lembrarmos que a problemática da miscigenação colocava-se como um dilema aos intelectuais do período, uma vez que o negro e o índio se

² A primeira edição desta obra continha 250 páginas. Em 1937, essa obra foi reeditada e, com as revisões e os acréscimos, chegou a cerca de 500 páginas. Em 1953 (ano do centenário da emancipação paranaense), essa obra foi novamente republicada, ganhando sua versão definitiva. A edição mais recente dessa obra data de 1995.

³ Convém aqui lembrar que intelectuais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, entre outros – a conhecida “Geração de 1870” – utilizavam o meio e a raça para interpretar a realidade brasileira, inclusive fenômenos políticos e econômicos do país. Seguindo as premissas desse cientificismo eurocêntrico e racista, os intelectuais da Geração de 1870 tentavam explicar o atraso da civilização brasileira. De um modo geral, para eles o brasileiro era o resultado da mestiçagem entre três raças: a branca (tida como superior), a índia e a negra (consideradas inferiores e entraves ao processo civilizatório). Nesse sentido, “o problema estava na presença de ‘raças inferiores’ no sangue do brasileiro”.

apresentavam como entraves ao processo civilizatório. Dessa forma, a solução seria, numa perspectiva evolucionista, o “branqueamento” da população⁴.

Simbolicamente, esse processo de “branqueamento” está presente em vários discursos, no âmbito da literatura e da “memória/história oficial”, onde o negro, o índio (real) e o mestiço são parcialmente ou totalmente excluídos da história.

No Paranismo, esse “branqueamento simbólico” também se faz presente. Conforme observou Geraldo Camargo (2007: 50),

Em 1899, Romário Martins afirma na sua *História do Paraná* que “a população negra e mestiça de negro nunca foi numerosa no Paraná”. Isto é desmentido por trabalhos posteriores que demonstram que a participação “de escravos, índios e africanos, e seus descendentes foi bastante significativa na formação do efetivo populacional do Paraná, tendo persistido durante largo período, imprimindo a essa população as mesmas características do modelo clássico de formação da população brasileira”.

Ainda conforme Geraldo Camargo (2007: 51), Romário Martins também utilizou outro argumento para explicar o pequeno contingente populacional de negros e mulatos no Paraná: “a principal atividade econômica da nova província era a pecuária, a cargo de índios e seus mestiços, e não a agrícola, para qual o negro era preferido”. No entanto, esse argumento já foi refutado por estudos recentes sobre a escravidão e o trabalho compulsório no Paraná.

Contudo, se por um lado temos exclusão do africano da representação identitária paranaense, por outro temos a valorização do indígena. Entretanto, convém salientarmos que os intelectuais do Paranismo serviram-se de uma representação irreal do índio, mitificada pelo romantismo indianista brasileiro.

Nesse sentido, conforme destaca Carla Renata Gomes (2009: 40-41), a aplicação da ideia de Rousseau do *bom selvagem* aos indígenas brasileiros era conveniente a alguns *construtores da história*, pois assim seria possível construir uma *história de origem* positiva. Nesse processo, ao invés de “primitivo”, o índio brasileiro seria revestido de outros atributos, como exótico, generoso e valente.

Tanto a história quanto a literatura encontram no homem primitivo o símbolo do bem, da luta contra o mal e da comunhão idílica com a natureza. Envolvidas na construção de um passado genealógico, ambas o escolhem pedagogicamente em função do que pretendem anunciar. O índio confunde-se com o mito da origem,

⁴ Nesse sentido, conforme observou Renato Ortiz (1994: 31), é interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, também possuía uma dimensão ideológica, que era a crença no branqueamento da população brasileira (e a conseqüente evolução da raça brasileira).

revelando as qualidades do homem brasileiro e antecipando a vocação do Estado nacional. [...] De forma simultânea, ele combina as virtudes do bom selvagem com a recuperação do passado mítico (Francisco Paz apud GOMES, *ibidem*: 41).

No entanto, a utilização da representação do mito do bom selvagem para o indígena, além de servir para a criação do mito de origem, também era útil para camuflar os conflitos com os luso-brasileiros. De fato, se por um lado eram romantizados no discurso, por outro, os indígenas paranaenses foram, na realidade, combatidos (e até mesmo silenciosamente exterminados) pelas políticas colonizadoras.

Nesse sentido, Carla Gomes (2009: 42) teceu uma importante conclusão:

Após a utilização do índio como figura representativa dos *altos valores* nacionais, isto é, depois da fundação de um passado mítico e da constituição de um caráter composto pela exaltação da coragem, da generosidade e do bem, sua exclusão se faz necessária para que ocorra a devida reverência aos colonizadores. Sua destituição tem início dentro da mesma lógica que o evidenciou, ou seja, a civilização.

Portanto, conforme a lógica desse processo, a representação do indígena nacional passou a ser paulatinamente associada à indolência, que constitui um empecilho ao ideal civilizatório trazido com o europeu colonizador – e “trabalhador” –, representado como herói e “desbravador de uma terra de ninguém”.

Aliás, a chegada em massa de imigrantes europeus ao Paraná, nas últimas décadas do século XIX, também repercutiu no Paranismo. Nesse sentido, a crença na regeneração da raça brasileira pelo branqueamento foi sendo abalada pelas diferenças culturais, que trouxe algum desconforto às elites tradicionais.

Ao se instalarem em Curitiba, principalmente nos seus arredores, os imigrantes, contribuíam para alterar os hábitos da cidade, pois “desde os primeiros tempos, cada etnia procurou organizar, da mesma maneira que nas colônias, uma série de instituições – clubes, igrejas, escolas e associações políticas e artístico-culturais” (CAMARGO, 2007: 55).

Segundo Geraldo Camargo (*Idem*), nesse “choque” cultural entre os imigrantes e os luso-brasileiros, estes últimos passaram a reivindicar sua posição de superioridade e a denunciar à ameaça que a assimilação da cultura estrangeira poderia representar à cultura brasileira e paranaense. Portanto, a presença do imigrante, tornou-se uma ameaça ao projeto identitário que vinha sendo construído pelo Paranismo.

Nesse contexto, diante da proliferação de diversas associações de imigrantes, em 1880, ocorre a fundação do Clube Curitibano, clube que aglutinaria os luso-brasileiros e que editaria a *Revista do Clube Curitibano*⁵, principal veículo de comunicação da elite intelectual da capital, sobretudo entre os anos de 1890 a 1913.

Diante da ascensão socioeconômica dos imigrantes, que, inclusive chegaram a disputar espaços na política local, os intelectuais paranaenses mantiveram-se em aberta oposição, pois:

Os papéis que deveriam ser desempenhados pelos imigrantes e colonos não admitiam improvisações. Deles se esperava que se mantivessem em suas posições de trabalhadores moralizados e ordeiros, onde manifestações de independência de pensamento e alterações nos costumes eram pouco toleradas. (CAMARGO, 2007: 67-68).

Na verdade, o choque entre a cultura do imigrante europeu com uma cultura brasileira ainda em discussão e construção constituirá um complexo ponto de reflexões para nacionalistas, modernistas e, também, para os ideólogos do Paranismo. Porém, a política de nacionalização imposta pelo Estado Novo iria, ao longo dos anos, “aparar algumas dessas arestas⁶”.

O determinismo geográfico também tem grande influência no processo de construção da identidade regional paranaense. Nesse sentido, o clima do estado, ameno e semelhante aos climas europeus, foi amplamente utilizado para justificar uma suposta superioridade dos paranaenses em relação ao resto do Brasil, cujo clima tropical era um empecilho ao desenvolvimento da civilização.

De fato, sob esse prisma climatológico, o Brasil era interpretado como um local onde a natureza e o calor dos trópicos suplantaram o homem, como um local onde a cultura européia (considerada superior) tinha dificuldades em se enraizar, o que explicaria o atraso e o estágio ainda bárbaro em que se encontrava a população brasileira (ORTIZ, 1994: 17-18).

Ainda conforme esse determinismo, o clima quente dos trópicos “trazia terríveis efeitos ao corpo humano, produzindo fraqueza, prostração, relaxamento, indolência, dispersão mental, nervosismo, passionalidade, luxúria, despudor e ociosidade”, entre outras coisas (Michel Lévy apud LOPEZ, 1988: 66).

⁵ Participavam como redatores da revista Emiliano e Júlio Pernetá, Romário Martins, além do diretor literário Dario Velloso. In: CAMARGO (2007).

⁶ Conforme lembra Ruben Oliven (1992: 40), “Nesse período, as ideologias sobre o caráter nacional brasileiro que enfatizavam a dificuldade de construir uma verdadeira cultura no Brasil devido à miscigenação racial cedem lugar a posições como a de Gilberto Freyre, que frisam a ideia de que no Brasil haveria uma democracia racial”.

Portanto, meio e raça foram amplamente utilizados pelos intelectuais do Paranismo para construir uma auto-imagem do Paraná como um “Brasil branco e diferente”, próximo do ideal europeu de civilização.

Ademais, a paisagem também será um instrumento utilizado na construção identitária do Paraná. Como bem observou Anne-Marie Thiesse (2001/2002: 14),

O trabalho de elaboração da paisagem nacional [regional] é obra coletiva, conduzido tanto pelos poetas e romancistas como pelos pintores. Eles determinam, a partir dos recursos naturais, e através de uma estética coerente, visões carregadas de sentido e portadoras de sentimento.

Com efeito, o Paranismo elegeu como representantes da paisagem paranaense o pinheiro e o pinhão, ainda hoje considerados símbolos identitários do estado.

O Pinheiro alto, eril, de longos braços estendidos para os horizontes. É o Paraná, transfigurado no símbolo verde das esperanças que se realizam, da hospitalidade acolhedora dos advindos de todos os quadrantes do mundo, da afirmação de força e de altura incitadoras das resistências para o trabalho e para as preocupações altruístas (Alfredo Romário Martins apud IURKIV, 2002: 126).

(...) É inteiramente falso que não tenhamos uma “natureza característica”. Aí está o pinheiro. Ergue-se raquítico, tímido, hesitante, quando as terras paulistas se avizinham. Estende-se largamente pela faixa catarinense até rarear e extinguir-se no território gaúcho. Mas o pinheiro grande, nobre e altivo é o nosso pinheiro. Grande e nobre como o paranaense que agasalha o forasteiro com todo o seu carinho, dá-lhe o melhor que tem (...). O pinheiro ereto e dominador simboliza o Paraná. (Bento Munhoz da Rocha Neto, ex-governador do Paraná. Apud CAMARGO, 2007: 49).

Outro elemento da “*check-list*” identitária elencada por Anne-Maria Thiesse que podemos encontrar no Paranismo diz respeito ao animal emblemático do estado, representado pela gralha-azul.

A consolidação do Paranismo

Após esse longo processo de gênese do seu arcabouço ideológico, o Paranismo consolidar-se-ia como movimento na década de 1920. Em outubro de 1927, funda-se o Centro Paranista e Alfredo Romário Martins publica um manifesto intitulado “Paranismo”, onde procurou redefinir⁷ o termo:

⁷ Conforme Geraldo Camargo (Ibidem, p. 158), em uma entrevista à revista *A divulgação*, em 1948, Romário Martins dá um depoimento sobre a origem do termo paranismo e suas motivações na introdução de uma nova

Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense. Esta é a acepção em que o neologismo, si é que é neologismo, é tido nesse nobre movimento de ideias e iniciativas contidas no Programa Geral do Centro Paranista (...). Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, cadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore (Alfredo Romário Martins apud CAMARGO, 2007: 157).

No mesmo manifesto, Romário Martins convoca os paranaenses a aderirem ao recém-fundado Centro Paranista:

Não queremos a adesão dos incapazes nem dos egoístas. Eles são os entraves do progresso e da civilização, - o peso morto da humanidade. Também não solicitamos dos nossos concidadãos apenas a cooperação pecuniária, mas também e sobre tudo a colaboração moral, intelectual e cívica. [e continua em corpo maior:] Quem não tiver pelo Paraná uma sincera afeição e não for capaz de um esforço pelo seu progresso, não deve se alistar entre os sócios do Centro Paranista (Apud CAMARGO, 2007: 156).

Nesse contexto, um novo elemento, utilizado por Romário Martins, a somar-se ao Paranismo é o termo “cosmopolita”, que, na verdade, apagaria o estranhamento inicial dos luso-brasileiros com os imigrantes europeus e enveredaria definitivamente no discurso da existência de uma “democracia racial” no Paraná.

Os Estados cosmopolitas como o nosso, povoados pelas imigrações, vão constituindo sua sociedade por agrupamentos entre si distintos pelas tradições, pelos costumes, pelas tendências espirituais e sentimentais, pelo pensamento e pela linguagem, seguindo os traços característicos de suas origens ancestrais (Apud CAMARGO, 2007: 156).

Um mês após o lançamento do Manifesto Paranista, é lançada a revista *Ilustração Paranaense*, revista ufanista e porta-voz da ideologia do Paranismo.

acepção do termo: “Quem introduziu esse vocábulo entre nós foi Domingos Nascimento, em 1906, ao retornar de uma viagem ao norte do estado, onde notara que ninguém nos chamava de ‘paranaenses’, e sim ‘paranistas’. [...] Em 1927, isto é, vinte e um anos depois do seu aparecimento nessa capital, pus-me à frente de um movimento por uma acepção nova do termo paranista e procurei criar em Curitiba um centro paranista. Dessa acepção nova é que sou o autor”.

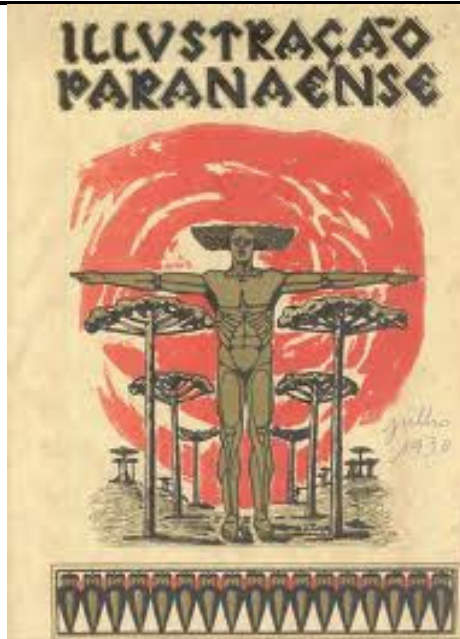


Imagem 1 – Capa da primeira edição da Revista Ilustração Paranaense.
Fonte: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br>

Sem dúvida, a capa da primeira edição da revista é emblemática. Podemos notar, além da utilização do pinheiro e do pinhão (os símbolos do estado escolhidos pelo Paranismo), a representação humana misturada aos pinheiros, que traduz a auto-imagem formulada pelo movimento ao povo paranaense: “forte, nobre, hospitaleiro, bondoso, cuja alvorada é promissora”.

Ao longo de suas edições, a revista também contribuiu na criação de alguns slogans e mitos sobre a capital do estado⁸. Nesse sentido, fomentou-se uma imagem (que seria consolidada ao longo dos anos após bem-sucedidas campanhas de *marketing*) eurocêntrica de Curitiba – “Curitiba, a cidade mais européia do Brasil”; “a Capital de Primeiro Mundo”; “a Capital Modelo”, entre outros –, cujo clima, inclusive, é parecido com o europeu.

Em 1931, a revista encerrou a sua circulação. Entretanto, apesar do curto período, ela foi fundamental para a consolidação do Paranismo no imaginário dos paranaenses.

Em 1953, ano das comemorações do centenário da emancipação do Paraná, o Paranismo ufanista viveu seu período de maior destaque, fazendo parte das comemorações oficiais. Sobretudo em Curitiba, foram fundados alguns monumentos, cuja influência do Paranismo é notória⁹.

⁸ Nesse sentido, ver o trabalho de Dennison de Oliveira (2000).

⁹ Os exemplos mais evidentes são os monumentos edificadas na Praça Dezenove de Dezembro (praça essa também fundada em 1953).

Também em 1953 – cinco anos após o falecimento de Romário Martins – a obra *História do Paraná* foi reeditada e adotada como “obra oficial da história paranaense” nas escolas do estado.

Em 1955, Wilson Martins – um dos arautos da elite intelectual paranaense da época – publicaria outro livro sobre a história paranaense que também seria de grande valia para a consolidação das ideias do Paranismo. No entanto, o autor de *Um Brasil diferente* revelou-se um grande reacionário. Enquanto Romário Martins relativizou a presença africana e utilizou o mito do bom selvagem para representar o indígena paranaense, Wilson Martins simplesmente excluiu totalmente o negro, o índio (e até mesmo os luso-brasileiros) da história do Paraná¹⁰. Dessa forma, o Paraná seria “um Brasil diferente” por não ter conhecido a existência da escravidão e por ter sido colonizado por europeus (alemães, italianos, ucranianos e poloneses – os verdadeiros formadores do povo paranaense), que se adaptaram perfeitamente ao clima ameno do estado, onde puderam trabalhar e, conseqüentemente, contribuíram para o advento do progresso e da civilização.

Wilson Martins defendia a existência de um Paraná branco e europeu. Ao contrário do Brasil descrito por Gilberto Freyre, o paranaense não se apresentava como o resultado da miscigenação das três raças formadoras do povo brasileiro. [...] No caso do estado do Paraná a mistura de raças foi nula e como resposta a afirmação do antropólogo pernambucano, Martins afirmava: “no Paraná, pode-se dizer que não há brasileiro (...) sem uma gota de sangue estrangeiro” (VIACARA, 2009: 6).

Ademais, convém mencionar que Wilson Martins, em sua obra, elegeu os imigrantes alemães como os principais responsáveis pelo desenvolvimento do Paraná. Por outro lado, o autor elegeu os imigrantes poloneses como os párias.

De qualquer forma, o trabalho de Wilson Martins foi fundamental para consolidar uma auto-imagem do Paraná, e particularmente, de Curitiba, como um local europeizado e, sobretudo, branco. Assim, conforme observou Janeslei Albuquerque (2003: 10), “não há lugar para o diferente [sobretudo negros e índios]”. Especificamente em Curitiba, conforme a autora, “a política de branqueamento está presente na arquitetura dos monumentos, no discurso oficial e no currículo oficial do município”.

Contudo, o mais preocupante é que o mito e os graves erros e deturpações históricas utilizadas pelo Paranismo ainda são reproduzidas nos discursos oficiais e na política educacional do estado. De fato, basta lembrarmos que as obras de Romário Martins

¹⁰ Segundo o autor, “não houve escravidão no Paraná”. Ademais, o seu discurso de omissão aos indígenas consagrou a visão de que havia “vazios demográficos” no estado, discurso esse perfeitamente sintonizado com a política de colonização do oeste paranaense dos anos 1950.

e Wilson Martins foram reeditadas pela Imprensa Oficial e continuam circulando pelas escolas do estado, sendo, inclusive, consideradas obras de referência para a história regional.

Particularmente em Curitiba, nas escolas também circulam a coleção didática *Lições Curitibanas*. Segundo Janeslei Albuquerque (2003: 10-11):

[...] Esta coleção se pretende depositária do Bem e da Verdade e apresenta para as crianças da educação infantil, repetidas imagens arquitetônicas emblemáticas do grupo que permanece no poder há mais de três décadas bem como as personagens européias referidas nos livros de história regional.

Publicado na primeira metade dos anos noventa, marca o auge do avanço neoliberal na educação em que os interesses, as representações e o vocabulário empresarial marcavam o discurso educacional. Ao longo da obra desenrola-se o que é anunciado nas primeiras páginas: trabalhar com as categorias curitibanas. E estas categorias agora transformadas em conhecimento autorizado pelo saber oficial a ser transmitido às novas gerações, são marcadas pelas imagens da cidade-espetáculo habitada pelos sujeitos brancos, de traços caucasóides que vivem numa cidade sem conflitos, sem problemas sociais (os que porventura já estão sendo resolvidos), onde as imagens da cidade são representações do paraíso e dos contos de fadas, em que as princesas, reinterpretadas pelas imigrantes polonesas, alemãs ou italianas, são quase sempre loiras.

Portanto, até mesmo nos materiais didáticos destinados às crianças da capital encontramos presentes as representações simbólicas do Paranismo, que contribuem para perpetuar mitos e discursos oficiais, além de também criar um estereótipo branco e europeizado do curitibano.

Dessa forma, a ideologia elitista do Paranismo impõe uma violência simbólica a alguns grupos étnicos, sobretudo os afro-descendentes e os indígenas, que são simplesmente excluídos da história local e destituídos do direito à memória.

Em suma, o Paranismo impõe a todos os paranaenses (não importando a qual grupo étnico, cultural, religioso, social, etc. pertençam) uma homogeneização identitária e cultural que, na verdade, representa a história/memória e a identidade das elites que o inventaram.

Considerações Finais

Embora não esteja tão explicitamente presente no cotidiano dos paranaenses como, por exemplo, é o “fenômeno” do movimento tradicionalista gaúcho no Rio Grande do Sul, não podemos relativizar o impacto que as representações simbólicas propagandeadas pelo Paranismo têm na identidade e no imaginário social do estado. De fato, podemos visualizar a sua influência nos discursos oficiais, em alguns elementos identitários do estado, nas

praças e monumentos históricos (sobretudo de Curitiba), nas artes plásticas, na história/memória oficial, entre outros.

Entretanto, ultimamente as críticas ao Paranismo, até então restritas ao mundo acadêmico, vêm encontrado ecos em alguns segmentos da sociedade paranaense, sobretudo nas minorias étnicas excluídas dessa ideologia elitista, que reivindicam, entre outras coisas, o seu direito à memória e o respeito à sua cultura.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Janeslei Aparecida. O racismo silencioso em escolas públicas de Curitiba: planejamento urbano, poder e exclusão social. In: *Anais do II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferença, mediações*. Universidade Federal de Santa Catarina, abril de 2003. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/html/305-of10a-st1.htm>

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná (1853-1953)*. Tese (Doutorado em História). Curitiba: UFPR, 2007.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IURKIV, José Erondy. Romário Martins e a historiografia paranaense. *Educere*, Toledo, UNIPAR, v. 2, n. 2, jul./dez., 2002.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Cultura Brasileira: de 1808 ao pré-modernismo*. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

MARTINS, Alfredo Romário. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. [1ª edição de 1899].

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre o fenômeno da aculturação no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, [s.d.]. [1ª ed. de 1955]

NEDEL, Letícia Borges. Caudilhismo, não! O papel da história linear na composição mítica do gaúcho: 1880-1935. *Em tempo de histórias*. Brasília: UnB, nº 5, ano 5, p. 79-105, 2001.

OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: UFPR, 2000.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, UFRGS, n. 15, 2001/2002.

VIACARA, Vanessa Maria Rodrigues. “Em busca de Curitiba perdida”: a construção do *habitus* curitibano. In: *Anais do XII Simpósio Internacional Processo Civilizador*. Universidade Federal de Pernambuco, novembro de 2009. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/comunicacoes/C_Viacava.pdf

Recebido em: 09/01/2012

Aprovado em: 15/05/2012